

Gabinete do Senador Rogerio Marinho

EMENDA Nº  
(ao PL 4932/2024)

Dê-se aos arts. 1º e 2º do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Lei tem por objetivo dispor sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, nos estabelecimentos públicos e privados da educação infantil e do ensino fundamental, com o objetivo de salvaguardar a saúde mental, física e psíquica das crianças e adolescentes.

.....”

“**Art. 2º** Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para educação infantil e ensino fundamental.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 4932, de 2024, visa restringir a vedação ao uso de celulares nas escolas apenas à educação infantil e ao ensino fundamental, considerando as particularidades pedagógicas de cada etapa da educação básica e o contexto de desenvolvimento dos alunos.

A inclusão do ensino médio na vedação geral ao uso de celulares desconsidera a crescente importância das tecnologias digitais na formação educacional dos adolescentes. Diferentemente da educação infantil e do ensino fundamental, em que os alunos se encontram em fases iniciais de desenvolvimento cognitivo e social, os jovens no ensino médio estão em uma etapa em que a



preparação para a vida acadêmica e profissional exige o domínio de ferramentas tecnológicas e o desenvolvimento de competências digitais.

Além disso, no ensino médio, é crescente a adoção de metodologias pedagógicas ativas que utilizam os dispositivos móveis como instrumentos de aprendizado. Aplicativos educacionais, plataformas digitais e ferramentas de pesquisa podem potencializar o engajamento e o desempenho dos estudantes, desde que o uso seja regulamentado e supervisionado pelos educadores.

Outro aspecto relevante é que adolescentes estão em uma etapa de transição para a vida adulta, na qual a autonomia e a responsabilidade pelo uso das tecnologias devem ser incentivadas. Em vez de vedar completamente o uso dos celulares, é mais adequado promover sua utilização consciente, de forma a prepará-los para os desafios do século XXI.

Ao restringir a vedação ao uso de celulares à educação infantil e ao ensino fundamental, a emenda equilibra a proteção dos estudantes mais jovens, que ainda não possuem maturidade para gerenciar o uso desses dispositivos, com a necessidade de integrar a tecnologia ao ensino médio, promovendo uma educação moderna e alinhada às demandas contemporâneas.

Assim, a emenda busca garantir que a legislação respeite as especificidades de cada etapa da educação básica e contribua para o desenvolvimento pleno dos alunos, sem comprometer sua formação tecnológica e cidadã.

Sala das sessões, 18 de dezembro de 2024.

**Senador Rogerio Marinho**  
(PL - RN)

